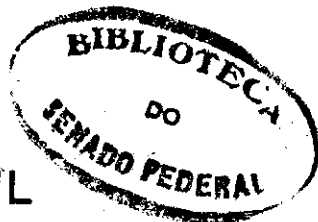




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II



ANO XXV — N.º 100

SEXTA-FEIRA, 28 DE AGOSTO DE 1970

BRASILIA — DF

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 51, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.112, de 16 de julho de 1970, que autoriza a mobilização de créditos para integralização, por parte da União, das ações que subscrever no aumento de capital do Banco do Brasil S.A., e dá outras providências.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1970. — João Cleofas, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 55, § 1.º, da Constituição, e eu, João Cleofas, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO N.º 52, DE 1970

Aprova o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970.

Artigo único — É aprovado o texto do Decreto-lei n.º 1.110, de 9 de julho de 1970, que cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária, e dá outras providências.

Senado Federal, em 27 de agosto de 1970. — João Cleofas, Presidente do Senado Federal.

ATA DA 115.ª SESSÃO EM 27 DE AGOSTO DE 1970

4.ª Sessão Legislativa Ordinária da 6.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DOS SRS. JOÃO CLEOFAS E EDMUNDO LEVI

As 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guimard
— Oscar Passos — Flávio Brito —
Edmundo Levi — Milton Trindade —
Lobão da Silveira — Clodomir Millet
— Petrônio Portella — Waldemar
Alcântara — Wilson Gonçalves —
Duarte Filho — Ruy Carneiro — Ar-

gemiro de Figueiredo — João Cleofas
— Pessoa de Queiroz — Júlio Leite —
Antônio Fernandes — Carlos Lindenberg —
Raul Giuberti — Paulo Tórres —
Benedicto Valladares — Moura Andrade —
Bezerra Neto — Celso Ramos —
Antônio Carlos — Atílio Fontana —
Guido Mondin — Daniel Krieger —
Mem de Sá.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— A lista de presença acusa o comparecimento de 30 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a Sessão. Vai ser lida a Ata.

O Sr. 2.º-Secretário procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem debate.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Não há expediente a ser lido.
Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Atílio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Sr. Presidente, Srs. Senadores, sempre que tenho oportunidade de conhecer novas regiões do nosso grande País, sinto entusiasmo e otimismo realista quanto às possibilidades de um “Brasil grande”, como se costuma dizer.

Hoje, desejo focalizar minha recente visita ao grande Estado da Federação, Mato Grosso.

Não faz muito, tive oportunidade de conhecer Estados do Nordeste e verifiquei as possibilidades da Região. Se o Governo tomar providências para resolver a questão da irrigação, dos fertilizantes e, também, como temos afirmado, o problema do homem, ou seja, o preparo técnico do homem para exercer a sua atividade, a sua profissão.

As terras dos vales do Nordeste são realmente de boa qualidade, férteis. A questão é apenas assegurar ao lavrador que, plantando, ele terá condições de colher, mesmo enfrentando as estiagens que freqüentemente atingem aquela Região do País. Visitei também, não faz muito, o interior do Estado do Pará e voltei também entusiasmado porque vi enorme área de terra e mata virgem de boa qualidade. Posteriormente, lá voltei e constatei que um número elevado de fazendeiros está procurando organizar as fazendas naquelas matas, com pastagens artificiais, onde teremos, sem dúvida, o desenvolvimento não somente da pecuária como também de setores da agricultura.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL

WILSON MENEZES PEDROSA
SUPERINTENDENTE

LENYR PEREIRA DA SILVA
Chefe da Divisão Administrativa

MAURO GOMES DE ARAÚJO
Chefe da Divisão Industrial

NELSON CLEOMENIS BOTELHO
Chefe da Seção de Revisão

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,02

Tiragem: 15.000 exemplares

Agora, visitei alguns municípios do Estado de Mato Grosso, a começar pela própria capital, Cuiabá. Percorri municípios mais ao sul, na zona perto de Rondonópolis, Município de Dom Aquino onde há terras férteis, boas e tão prodigiosas como as dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com a vantagem de que a topografia do terreno do Mato Grosso permite a mecanização da lavoura.

Estive, também, em Municípios da região do Pantanal. Realmente fiquei muito impressionado com o que vi: lavouras imensas com irrigação e cultivadas com arroz; outros Municípios, como Cáceres, com enormes estoques de arroz em casca; a zona de Barra do Bugre, outra região que também promete grande desenvolvimento; o Município de Diamantino, que por sinal é maior em superfície territorial do que o meu Estado, Santa Catarina, que tem apenas 95 mil km², enquanto aquele município tem 122 mil km².

Mato Grosso já se está desenvolvendo rapidamente. Com as diretri-

zes que o Governo do Presidente Medici está pondo em prática no fomento à pecuária, principalmente com o abandono daquela política ruinosa de tabelamento de preços que tanto prejudicou os pecuaristas, temos absoluta confiança no futuro desse Estado. Nota-se hoje em Mato Grosso, como de resto em todo o Brasil, entusiasmo pelo desenvolvimento da pecuária.

O Sr. Bezerra Neto — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Bezerra Neto — Nobre Senador Atílio Fontana, Mato Grosso, para a arrancada de progresso em que se encontra, necessita essencialmente da visita de brasileiros como V. Exa. A presença do nobre Colega em nosso Estado constitui para o povo mato-grossense a certeza de maiores empreendimentos, de novas iniciativas, pelas quais Mato Grosso participará do desenvolvimento brasileiro. Este é depoimento que presto,

inicialmente, com toda alegria possível.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Senador Bezerra Neto.

Não somos nós somente que nos interessamos por Mato Grosso. O Estado de V. Exa. tem uma grande parte do seu território dentro da faixa dos incentivos fiscais da SUDAM, por isso elementos de todos os Estados do Sul procuram ali desenvolver suas atividades, principalmente a pecuária naquelas férteis regiões.

Esteja seguro o povo mato-grossense, e as autoridades, que não depende só de nossa boa vontade. Depende principalmente da orientação dos Podêres Públicos, da Administração Pública Federal que deve proporcionar condições de desenvolvimento pelas quais os nossos patrícios haverão de participar ou de contribuir para o grande desenvolvimento daquele Estado da Federação.

O Governo projetou ultimamente a integração amazônica com a abertura de novas rodovias, inclusive uma

grande estrada que partindo de Cuiabá vai até Santarém. Essa estrada, sem dúvida, será fator de aproveitamento e desenvolvimento de uma região com recursos naturais, mas inaproveitada porque a penetração em suas vastas matas não tem sido possível por falta de vias de comunicação.

As estradas, como todos nós consideramos, são fator dos mais importantes para o desenvolvimento de uma região. A energia elétrica também indispensável, principalmente se queremos industrializar uma região longínqua, como é, o caso do Norte de Mato Grosso.

Conhecemos o plano do Governo federal e também do Governo do Estado de Mato Grosso. Temos confiança em que, dentro de poucos anos, teremos outras estradas e também energia elétrica para podermos desenvolver as indústrias, aproveitando a matéria-prima da região.

O Sr. Bezerra Neto — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Bezerra Neto — V. Exa., que conhece todo o Brasil e se torna familiarizado com os grandes problemas do País, verá a injustiça, em matéria de estradas, com que tem sido tratado o Estado de Mato Grosso. V. Exa. deve já ter notado, por essa visita, que aquela região, servida que fosse por estradas simples, contribuiria para a receita nacional mais do que muitos outros Estados — essa a verdade — servidos até por estradas pavimentadas. Há, na verdade, uma injustiça de tratamento e essa injustiça redundará em prejuízo para os altos objetivos do Governo federal. O Estado de Mato Grosso, nas suas regiões ligadas à fronteira de Goiás, servido por estradas simples, estaria dando uma contribuição positiva para o erário e o desenvolvimento do País, bem mais valiosa do que a que está prestando. Nós só temos uma estrada asfaltada, a que liga Campo Grande ao sistema rodoviário nacional — a única. Uma via movimentadíssima, que é entre Campo Grande e Cuiabá, prima pela falta de assistência a ela; o Governo não olha para essa estrada, cujo tráfego é de algumas cente-

nas de veículos por dia. De maneira que o mencionado Estado não tem merecido, ainda, dos poderes públicos, a atenção devida, no sistema de comunicação e transportes. O que nos está ajudando é a presença de brasileiros de alta visão, que já viram, através de projetos, as possibilidades do Estado; que tomam conhecimento de Mato Grosso e de lá voltam como propagandistas e defensores de suas reivindicações. É o caso de V. Exa.; é o caso do Coronel Hélio Prates da Silveira, que antes de ser Governador de Brasília era dirigente de duas companhias que operam na região de Diamantino, que V. Exa. citou; é o caso de Herbert Levy, com a empresa Fazenda Mutum, que viram o que em Mato Grosso é possível fazer e aqui fora fazem propaganda. De maneira que está dependendo dessa eventualidade, dessa oportunidade que V. Exa. e outros brasileiros estão dando ao Estado.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador. Na verdade, neste enorme País, devemos reconhecer que, até há pouco, andávamos muito lentamente para o desenvolvimento e o progresso. Mas, o Governo só pode fazer empreendimentos de vulto quando existe receita, ou pelo menos promessa de existir essa receita. E acredito que agora o Estado de Mato Grosso, que V. Exa. tão dignamente representa nesta Casa, está, como se costuma dizer na gíria, "deslanchando". Está crescendo rapidamente, como V. Exa. bem o afirmou. O Sr. Coronel Prates da Silveira, os Srs. Herbert Levy, e nós outros também, modestia à parte, ao tomarmos conhecimento das possibilidades existentes naquela região, realmente, nos entusiasmos.

Cada dia temos maior esperança pois verificamos que o último Governo do Estado de Mato Grosso procurou dar os incentivos ao desenvolvimento daquela região.

Portanto, sejamos reconhecidos ao Governo de Pedro Pedrossian, porque, realmente, tomou a iniciativa do desenvolvimento mato-grossense. Sejamos reconhecidos ao Governo da República, ao Governo do Presidente Médici, porque também está procurando dar condições de estímulo

para o desenvolvimento de Mato Grosso.

Mato Grosso também está de parabéns, porque o Presidente Médici indicou para substituir o atual Governante o Dr. José Fragelli. Tive o prazer de conhecer o Dr. José Fragelli na Câmara dos Deputados. Pude perceber nele um homem de iniciativa, inteligente, que reúne as melhores condições para o alto cargo que, certamente, terá de assumir brevemente, que é a governança de Mato Grosso.

O Sr. Bezerra Neto — Muito bem.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Está, portanto, de parabéns, o povo de Mato Grosso e com eles a política mato-grossense.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com muito prazer.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Senador Fontana, quero associar-me às palavras de V. Exa., saudando o povo de Mato Grosso, pelo progresso que se vai acentuando, cada vez mais, naquele futuroso Estado da Federação. Quando V. Exa. fala na região de Mato Grosso eu relembro outras, a do Pará, da Amazônia. Vem-me, então, à lembrança a aquisição de parte do território nacional que já passou para as mãos dos estrangeiros. Sejam estrangeiros ou nacionais que adquiram terras no nosso País, com o espírito de especulação, aguardando a oportunidade das terras se valorizarem para as revenderem, entendo que deve tal ser coibido. Nesta hora, quero inserir no discurso de V. Exa. que ao Governo cabe a adoção de medida, aliás, fácil para resolver o problema. Não podemos consentir que o território nacional, sobretudo a região que ora começa a se desenvolver, passe a se constituir em presa de estrangeiros ou de nacionais especuladores. Então, qual será esta medida? Desejo inserir no discurso de V. Exa. a sugestão, e o Governo tem departamentos próprios para dela cuidar. Deveria ser determinado o prazo de dois anos, a fim de que nacionais ou estrangeiros que adquiriram imensas extensões territoriais as aproveitassem totalmente, através de criação de gado ou da agricultura, em função, sempre, da sua extensão. Assim,

dentro de dois anos, se os possuidores de terras, se os seus proprietários não as tiverem aproveitado para fins úteis à economia nacional, o Governo as desapropriará pelo preço da aquisição. É a sugestão que ora faço. Não encontro, realmente, outro meio para se processar o retorno das terras anteriormente adquiridas à economia nacional, a não ser com esta ameaça por lei: a desapropriação. Esta ocorrerá após o prazo de dois anos para a utilização das terras, em função da sua extensão. Perdoe V. Exa. o aparte, mas, dada a importância da matéria de que trata V. Exa., do progresso de Mato Grosso, eu me animei em sugerir esta medida ao atual Governo Revolucionário, preocupado que está em desenvolver a região. Na verdade, ela deverá integrar-se, sob todos os aspectos, à riqueza e à civilização nacionais.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador, pela colaboração de seu aparte.

Devemos reconhecer que, muitas vezes, uma firma ou uma pessoa compra terras em lugares distantes, onde não existem estradas, nem condições para o escoamento da sua produção. Seria, portanto, injusto exigir que as fizessem produzir por esta forma. No entanto, estou de pleno acordo com a orientação de V. Exa., no que diz respeito à aplicação de capitais estrangeiros em nosso País.

Precisamos da colaboração do capital e da técnica estrangeiros, que deveria ser regulamentada em determinados setores. Caso contrário, conforme se verifica, há setores que passam das mãos dos empresários brasileiros para as mãos de empresários estrangeiros.

Ainda ontem os jornais noticiavam que o Governo japonês está permitindo a aplicação de capitais estrangeiros em seu País. No entanto, essa aplicação é disciplinada, pois aquele Governo determina os setores nos quais esse capital estrangeiro pode ser empregado e desenvolvido.

Devíamos seguir, também, essa orientação. Sabemos que capitalistas estrangeiros, dispondo de grandes recursos e — por que não reconhecê-lo? — de conhecimentos técnicos, quando atuam, aqui em nosso País como em

todos os países do mundo que carecem de capital, vão tomando conta do mercado, pois, anualmente, esse capital aplicado apresenta lucros, que são remetidos para o estrangeiro. Enquanto isso, o capital estrangeiro vai criando dificuldades para as empresas nacionais.

Esperamos que, em futuro próximo, o Governo da República examine o assunto e possa encontrar a verdadeira solução, permitindo a aplicação do capital estrangeiro em nosso País, mas regulamentando os setores em que ele pode ser aplicado.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Com todo prazer, Senador.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Senador Attilio Fontana, estou de pleno acordo com V. Exa., na parte referente à aplicação de capital estrangeiro no Brasil. Sou inteiramente favorável à cooperação do estrangeiro no Brasil. Devo assinalar a V. Exa., para confirmar meu pensamento, que nenhuma razão subdesenvolvida progrediu, desenvolveu-se sem a aplicação, sem a contribuição do capital estrangeiro. Não há mal nenhum nisso, especialmente para um país de grande dimensão territorial, país continental, como é o nosso. V. Exa. tem toda razão. O que é necessário é que o capital estrangeiro não venha para o Brasil apenas com intuits especulativos. É preciso que o Governo saiba providenciar, como está fazendo a meu ver, no sentido de uma fiscalização prudente e rigorosa quanto à remessa dos nossos recursos para o estrangeiro. Essa fiscalização é que se torna indispensável. V. Exa. sabe o quanto temos lucrado, neste País, com a importação da técnica e do capital estrangeiros. Sabe também V. Exa. que os estrangeiros que aqui permanecem têm trazido para o Brasil prosperidade, progresso, técnica e desenvolvimento nacional. Estou de pleno acordo com V. Exa. Precisamos da importação de capital e de técnica, mas tudo isso sob fiscalização e dentro de medidas regulamentares que consultem bem aos interesses públicos.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Muito grato, nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

Esperamos que estes debates tenham ressonância, cheguem ao conhecimento dos poderes públicos, para que estes examinem a questão e possamos, em breve, constatar que, realmente, o Governo está interessado no capital estrangeiro, mas dentro de uma certa disciplina, dentro de certas condições indispensáveis.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO — Permita-me intervir novamente. Tive conhecimento de que V. Exa. vai deixar, na próxima legislatura, o Senado Federal. Deploro profundamente, como patriota, como interessado pelo desenvolvimento do nosso País, que V. Exa. não tenha recusado as solicitações que lhe foram feitas para compor o Governo de Santa Catarina como Vice-Governador. Lamento que V. Exa. não volte para esta Casa, a fim de continuar com seus argumentos, com seus grandes discursos, todos eles cheios de raciocínios seguros, todos eles abordando assuntos da maior importância para a economia do País, assuntos que interessam a todos nós. Lamento profundamente, que aqueles que vierem para cá na próxima legislatura não tenham mais a palavra e os conselhos de V. Exa. Sei que Santa Catarina será feliz com a presença de V. Exa. na condução dos destinos do Estado. Mas nós, Senadores, ou por outra, os que para aqui vierem por força das eleições e os que aqui se encontram sentirão, seguramente, certamente, a ausência do Senador Attilio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Mais uma vez agradeço o aparte do nobre Senador principalmente no que tange à nossa modesta pessoa, a respeito da qual foi tão generoso nas expressões. Sabemos que o povo catarinense, politizado, esclarecido, há de eleger em nossa substituição um representante à altura das tradições do Estado, com mais credenciais do que as nossas e que assim possa contribuir para o desenvolvimento das atividades parlamentares.

Prosseguindo, Sr. Presidente, tive oportunidade, em minha visita a Campo Grande, de assistir à Convenção Regional da Arena e manter contatos com os políticos daquele Estado. Constatei uma união de pensamentos dos responsáveis pela política de Mato Grosso que certamente há de contri-

buir para, dentro da paz e da harmonia, impulsionar cada vez mais aqueles grande Estado da Federação.

Quero manifestar o meu entusiasmo, a minha fé, a minha confiança no propósito e na orientação do eminente Presidente Emílio Médici, de seus Ministros, bem como das autoridades mato-grossenses, principalmente no candidato já escolhido por Sua Excelência, para reger os destinos daquele grande Estado nos próximos quatro anos, o Dr. José Fragelli.

Assim sendo, o Brasil há de crescer e desenvolver-se cada vez mais acentuadamente e teremos a confirmação do conceito expendido agora por Herman Kahn que nos visita novamente e constata que as previsões que havia feito no ano passado estavam erradas, que o Brasil, como ele mesmo reconheceu, está se desenvolvendo e há de se tornar uma grande nação, para que a América Latina possa se projetar no concerto dos continentes da Terra.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO — Senhor Presidente; figuras autorizadas da Justiça, em nosso País, têm se manifestado contra as atividades, sem limites, da Loteria Esportiva. Ontem, um Juiz de Direito da cidade de São Paulo proibiu que menores subscrissem os prospectos de apostas.

Estamos com as razões externadas por esse representante de nossa Justiça. Poderemos mesmo ir além delas, olhando o problema global da educação de nossa juventude.

Há uma hipervalorização do futebol, no sistema de vida brasileira, sobrepondo-se a outras cogitações mais valiosas para o programa de desenvolvimento do País. Vê-se que querem manipular as atenções do povo num sentido de nirvanizá-lo, dormecê-lo, a outras solicitações, nestas incluídas a da cultura e as da melhoria técnico-profissional. Dão a entender que somos os reis do futebol tricampeões do mundo, e que portanto está salva a Pátria.

Somos a favor do futebol, dos esportes, como gostamos, e bem, da nossa música popular, e nos sentimos felizes em ver o povo festejando o carnaval. Mas tudo a seu tempo, como recomenda o livro do Ecclesiastes, parafraseado pelo eminente Presidente Médici quando discursou que findara o tempo de atirar pedras ao passado.

O resultado a que chegamos, com a Loteria Esportiva mecanizada às partidas de futebol, apresenta um fenômeno social digno de meditação.

Assistimos a uma jogatina desenfreada com o atraente sistema, e agora há uma nova legião, os que não gostam do futebol em si, mas pela sua relação direta com as apostas em dinheiro, com o jogo do azar. O jogador profissional propriamente dito, não o atleta profissional passou a examinar a situação dos clubes participantes dos campeonatos, para fundamentar suas apostas lotéricas. Este sentimento de jogatina invadiu lares e oficinas, e pesa no orçamento do trabalhador assalariado, como muito bem observou na Assembléia Legislativa de São Paulo o Deputado Aurélio Campos.

Legiões de menores formam nas filas dos apostadores que procuram as casas de jogo da loteria.

Não é um espetáculo recomendável. O quadro constrangedor quando se sabe que a tais incentivos para o jogo não existem da parte do governo, na medida necessária, incentivos à educação científica, tecnológica, nem dos moços e nem do operariado. A educação continua restrita, caríssima, rara, inecessível à crescente pressão dos interessados. O Ministro Jarbas Passarinho reconheceu esta realidade e de concreto nada fez para remediá-la substancialmente. Merece o povo, os leitores, a mocidade, outras motivações prioritárias, que não as do futebol e da loteria esportiva.

O funcionamento da loteria esportiva, como está ocorrendo, torna contraditória a proibição do jogo do bicho, dos jogos nos cassinos e estâncias balneárias.

A permissão para os menores, de qualquer idade, assinarem os contratos de apostas é um desrespeito aos dispositivos do Código Civil sobre a

incapacidade contratual. Mas é mais do que isto: acorda nos jovens o gosto pelo jogo de azar, pelo ganho fácil, pela negação do trabalho criador, que forma a personalidade do futuro cidadão.

Temos que dar razão aos juizes brasileiros, por onde começou a reação contra a jogatina generalizada, surgida com a loteria esportiva. O governo deve atentar para esse aspecto especial do problema.

Não combatemos o jogo com a beleza lírica e genial das palavras de Ruy Barbosa. Mas entendemos que acima do seu incentivo, da sua proliferação, há o problema da educação da juventude, há a motivação das novas gerações para os temas da nossa era, o preparo de homens capazes de construir o desenvolvimento real de nosso Brasil. (Muito bem! Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Senador Argemiro de Figueiredo.

O SR. ARGEMIRO DE FIGUEIREDO (Lê o seguinte discurso.) — Senhor Presidente, nos primeiros dias do próximo mês de setembro iremos iniciar na Paraíba a campanha eleitoral do Movimento Democrático Brasileiro.

E o faremos com a linguagem compatível dos que, como eu, confiam na política de renovação nacional que se vai consolidando pela influência do Poder Revolucionário.

Confiança, por igual, nutrimos na honra da palavra do benemérito Presidente Médici, reiterada pelo seu eminente Ministro da Justiça e pelo atual e ilustre Governador da Paraíba.

Acredito que tudo começará e terminará bem no ângulo da segurança à livre manifestação do povo.

Desejo, entretanto, adiantar que por algumas notícias que me chegam do Estado já se iniciou, em alguns setores, uma política intolerável de coação direta e indireta, capaz de comprometer a lisura do pleito.

Por outro lado, disseram-me que a influência do poder econômico também se iniciou com afrontosa agressividade aos brios paraibanos.

Pelas razões de confiança já referidas, confesso, a Vossa Excelência e a

nação que oponho dúvidas a essas notícias alarmantes que me chegaram. Pessoalmente, tudo irei examinar. E se porventura, a denúncia se comprovar, não hesitarei em retornar à tribuna do Senado, para anunciar a minha desistência do pleito, e denunciar com todos os detalhes, o nome dos corruptores e os fatos que os desmascaram.

Homem já envelhecido e realizado na vida, não irei terçar armas com agentes da corrupção e da traição mesquinha, estejam eles onde estiverem.

Peço, Senhor Presidente, que se publique, como integrante deste pequeno discurso, o manifesto que dirige ao povo paraibano. (Muito bem! Muito bem!)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARGEMIRO DE FIGUEIREDO EM SEU DISCURSO:

PARAIBANOS:

Iniciamos nossa vida pública lutando ao lado de João da Mata e Otacílio de Albuquerque na grande arrancada liberal do Partido Democrático e da Reação Republicana que culminou com a histórica Revolução de 1930.

Fundamos em Campina Grande as primeiras sociedades operárias em defesa dos humildes, escravizados pela crueldade dos patrões.

Exercemos o mandato de Deputado Estadual em 1929 e 1930.

Fomos Secretário do Interior e Justiça no Governo Gratuliano Brito.

Subimos à chefia do governo do Estado em 1935 e tivemos a honra de governar os paraibanos até 1940. Nesse período, realizamos serviços e obras que ainda hoje resistem à ação dos tempos. Aí está o monumental edifício do Instituto de Educação, onde a gloriosa mocidade paraibana se empluma para os grandes vôos culturais da Pátria.

Com o mesmo espírito de servir à juventude construímos vinte e um grupos escolares, em vários municípios do Estado.

Realizamos as obras de embelezamento do Parque Solon de Lucena, com um moderno Casino e o encanto de uma fonte luminosa, no centro do lago.

Construímos e instalamos, com todos os requisitos técnicos, o Abrigo de Menores Jesus de Nazaré, onde as crianças desvalidas e abandonadas recebem, internadas, o amparo cristão do Governo.

Construímos ainda mais um Pavilhão no Orfanato D. Ulrico.

Adquirimos a Rádio denominada Rádio Tabajara com finalidade educativa, instalando-a em prédio próprio, também por nós edificado.

Fizemos integral e custosa reforma no setor da Saúde Pública, trazendo, para tanto, do Rio de Janeiro, o notável sanitarista Dr. Otávio de Oliveira. Nesses serviços foi espetacular a modificação e o aperfeiçoamento.

No ângulo educacional, não foram menores as transformações.

Reorganizamos fundamentalmente a brava Corporação da Polícia Militar, dando-lhes vencimentos dignos, conforto, fardamentos, e outras custosas realizações, que tanto realçaram moral e materialmente os nossos valentes soldados.

Salientamos, nesse ponto, a criação do garboso Esquadrão de Cavalaria, destinado ao policiamento geral e adequado, sobretudo nas horas noturnas.

Destacamos por igual a modificação feita na Banda de Música Policial cujo instrumental totalmente novo, adquirimos em Paris, passando o efetivo da velha Banda de 31 figuras para 61 — sob a direção de um notável mestre contratado por nós.

Ainda lembramos, com relação à Polícia, a criação do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, a instalação de oficinas mecânicas de corte, costura, sapataria e fundição, obras destinadas também à aprendizagem dos filhos de militares.

Criamos a modelar Granja São Rafael, o Horto Simões Lopes, a Fazenda Mangabeira, várias Inspetorias Agrícolas, um Posto de Expurgo de Sementes, além de outros serviços e obras ligados ao Fomento e à Produção.

É de assinalar a criação dos Campos de Demonstração em todo Estado, que são, ainda hoje, a mais eficiente e completa das modalidades de auxílio direto ao lavrador.

O Estado, ao nosso tempo, dava as sementes, emprestava as máquinas e fiscalizava os trabalhos. O auxiliar de campo do município ou o subcapataz da Diretoria de Fomento ensinava os operários do lavrador, dono do campo. Esses Campos tinham ainda a função de experimentar os novos tipos de lavoura, em conformidade com as condições geo-econômicas do Estado.

Note-se que todos os municípios do Estado foram obrigados por lei a instalar e manter esses Campos de Demonstração e Multiplicação de Sementes.

O combate às pragas da lavoura era feito pelo Estado gratuitamente a todos os agricultores pobres. Gratuitamente também eram emprestados os cultivadores.

Com a prática dessa política econômica visávamos a transformar a Paraíba do Estado monocultor em unidade moderna de farta policultura. E grandes avanços foram registrados. O algodão, por exemplo, base da economia estadual, subiu, nos cinco anos de nosso Governo, de 18 milhões de quilos (pluma), para 45 milhões.

O sisal, cultura fomentada e firmada na Paraíba, pelo nosso governo, tornou-se hoje uma das fontes principais da economia paraibana. Deus sabe o quanto ela vem ajudando os miseráveis e abandonados agricultores de várias regiões, os quais são lembrados pelo governo para o pagamento de tributo e taxas injustas e extorsivos.

A mamona, outro produto resistente às secas e adaptável a todas as regiões, e cuja produção era quase nula, recebeu ao nosso tempo, fomento intensivo, subindo a quase 2.000.000 quilos, quando deixamos o governo em 1940.

Foram igualmente bem cuidados, com os estímulos do governo, ora emprestando máquinas, dando adubos e inseticidas e ora premiando os que tivessem os trabalhos de cultivo em condições técnicas, vários outros produtos, como a batatinha, a oiticica, o caroá e a fruticultura em geral.

Auxiliamos inúmeros serviços e obras em João Pessoa, cuja Prefeitura vivia quase às custas do Estado.

Demos ao povo pessoense uma boa contribuição para lhe assegurar as feições de uma bela Capital. Desapropriamos ruas inteiras, pavimentamos à paralelepípedos uma área de 95.753 m², além de outras obras de maior vulto.

O Palácio da Secretaria da Fazenda foi, por nós concluído e instalado. Construímos mais o edifício do Sanatório Chiford Beer, para o tratamento das moléstias nervosas e mentais, obra que vale menos pelo alto custo material do que pelo sentido humano, técnico e científico do seu funcionamento. Queremos assim dizer que jogamos ao lixo as brutais camisas de força, com que eram tratados os loucos mais agitados.

Concluimos, instalamos e fizemos funcionar a Escola de Agronomia do Nordeste, situada em Areia.

ABASTECIMENTO D'ÁGUA E SANEAMENTO DE CAMPINA GRANDE

Esta foi a maior obra, em caráter isolado, que realizamos. A que mais nos sensibilizou. Nossa cidade natal, ao tempo, com cerca de quarenta mil habitantes. Ela morria de sede e de febres endêmicas. Não tinha condições de progresso, porque só tinha previsões de morte. A obra fôra executada pelo Escritório Saturnino de Brito e era considerada, no gênero, dos mais perfeitos serviços da América do Sul.

Ao inaugurá-la senti a maior das emoções.

Pensei até que Deus já poderia levar-me porque ele me dera a graça de salvar da morte tantos irmãos campinenses.

Fomos representante da Paraíba na Assembléia Constituinte de 1946. O que fizemos está registrado nos Anais do Congresso e nas obras de alguns constitucionalistas.

Senador, em dois períodos legislativos, diz-me a consciência que não desonramos o nosso Estado. Acreditamos mais que servimos bem ao Nordeste e ao Brasil.

Tivemos uma vida algumas vezes tumultuosa e difícil. Mas, nunca fugimos aos deveres de lealdade e da

justiça que a consciência nos impunha.

Lutamos contra a SUDENE quando ela marginalizava dos seus benefícios os trinta milhões de brasileiros que lidam nos campos. Deixara ao desemparo as classes rurais, que vive minguando, todos os dias, o pão de que se alimentam. Por esse crime, o crime singular de defender os pobres camponeses, sofremos a humilhação de ver em Recife promover-se o nosso enterro simbólico. Mas, não desertamos da peleja, honrando a bravura paraibana. E graças a Deus, dez anos depois de nossa luta, o atual Presidente da República, mudou os rumos da SUDENE e a fez encaminhar-se na execução das teses que nós defendíamos. Confiemos no atual Governor.

Com fidelidade aos princípios da lealdade e da correção, expusemos ao sacrifício o nosso mandato de Senador, quando vimos deposto do Governo o chefe do nosso Partido, Dr. João Goulart. Não hesitamos em defender o chefe na hora em que todos o abandonaram no Congresso, na fase mais aguda.

A mesma correção mantivemos quando, por dever de justiça, defendemos Juscelino Kubitschek, em plena paixão revolucionária.

Paraibanos, agora vos falo em caráter mais pessoal.

Expostos esses fatos e relatados os serviços, obras e atitudes de minha vida pública, quero agora submeter-me ao julgamento do povo em geral, isto é, acima dos partidos. E assim falo, porque estou na última etapa de minha vida pública. Não mais pedirei voto aos meus coestaduanos. Quero que me julguem.

Se me julgarem agora merecedor do voto que, pela última vez solicito, sufraguem o meu nome para que eu seja reconduzido ao Senado da República. O que posso assegurar a todos é que continuarei na mesma conduta de sempre, dando tudo de mim pela Paraíba, pelo Nordeste e pelo Brasil.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Sebastião Archer — Victorino Freire — Dinarte Mariz — Manoel Villaga

— Domício Gondim — Teotônio Vilela — Josaphat Marinho — Eurico Rezende — Vasconcelos Torres — Gilberto Marinho — Nogueira da Gama — Lino de Mattos — Adolpho Franco — Mello Braga.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas)
— Há expediente a ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

São lidas as seguintes:

Do Líder do MDB

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador João Cleofas

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília, em 27 de agosto de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Sebastião Archer pelo Nobre Senhor Senador Ruy Carneiro na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 10 de 1970 (C.N.).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Adalberto Sena, pelo Líder do MDB.

Do Líder do MDB

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador João Cleofas

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília, em 27 de agosto de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senhor Senador Aurélio Vianna pelo Nobre Senhor Senador Edmundo Levi na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 10, de 1970 (C.N.).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Adalberto Sena, pelo Líder do M.D.B.

Do Líder do MDB

Ao Excelentíssimo Senhor

Senador João Cleofas

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília, em 27 de agosto de 1970.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que esta Liderança deliberou propor a substituição do Nobre Senador Lino de Mattos pelo Nobre Senador Argemiro de Figueiredo, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Mensagem n.º 10, de 1970 (CN).

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Adalberto Sena, pelo Líder do MDB.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Façam-se as devidas substituições.

Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

Há número regimental.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 184, de 1968 (n.º 3.116-B/61, na Casa de origem), que permite as brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, e dá outras providências, tendo PARECERES, sob n.ºs 564 e 565, de 1970, das Comissões: — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e — de Agricultura, pela aprovação.

Em discussão o projeto.

O SR. GUIDO MONDIN — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Cleofas) — Tem a palavra o nobre Senador Guido Mondin.

O SR. GUIDO MONDIN (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e nobres colegas, minha manifestação, em nome da Maioria, já vale como discussão e vale como encaminhamento da votação.

Está em discussão, em turno único, o Projeto de Lei da Câmara n.º 184/68, que permite as brigas de galos ou

quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, e dá outras providências.

Sr. Presidente, comecemos por lembrar o Código das Contravenções Penais no que se refere ao assunto em debate.

Diz o Código, no seu art. 66.

Crueldade Contra Animal

Art. 66 — Praticar atos de crueldade contra animal; ou submetê-lo a maus tratos:

Pena — prisão, de um a três meses, ou pagamento de dez a trinta dias-multa.

Parágrafo único — Consideram-se maus tratos ou crueldade:

a) manter ou transportar animal em continente ou recinto exiguo, que lhe tolha totalmente os movimentos;

b) obrigar o animal a trabalho excessivo ou superior às suas forças;

c) abandonar animal doente, ferido, extenuado ou mutilado, ou deixar de proporcionar-lhe, quando possível fazê-lo, assistência e tratamento veterinário;

d) prolongar ou agravar o sofrimento no ato de abater animal destinado ao consumo ou cujo extermínio seja necessário por outro motivo lícito;

e) fazer trabalhar animal em adiantado período de gestação;

f) colocar em serviço animal cego, doente, ferido, extenuado ou mutilado;

g) engordar aves ou outros animais, por processo mecânico cruel;

h) arrancar o pêlo ou as penas a animal vivo, ou entregá-lo com vida à alimentação de outro;

i) castigar imoderadamente animal ainda que para o fim de adestramento e ensino;

j) realizar ou promover luta entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes;

l) impor sofrimento físico e anímico por manifesta perversidade.

Com a leitura do art. 66 do Código das Contravenções Penais parece-me clara já a posição que estamos tomando em relação ao projeto. Mas vou, Sr. Presidente, tecer ainda algumas considerações em torno da matéria para a qual solicito a sempre indelével atenção dos nobres colegas.

O assunto sempre mereceu dos juristas e juizes, desde há muito, a melhor das atenções. Por volta do início da década de 30 noticiava-se a preocupação não muito científica do direito novo em reconhecer certa capacidade jurídica aos irracionais.

O advogado Louis Lespine iniciará em setembro de 1930, em Paris, movimento para fundação do comitê internacional de assistência aos direitos dos animais. No que recebeu o apoio de Poincaré (cf. M. de Azevedo Marques, Revista dos Tribunais 77:477 — janeiro de 1931). A tese audaciosa, mas encantadora, não podia receber a aprovação do melhor Direito, que nas suas exigências científicas não considera o animal irracional sujeito de direito e, portanto, sujeito de infração penal.

Os países, no entanto, legislaram a respeito.

Temos, hoje, apenas duas matérias em pauta. De sorte que os nobres colegas tenham a paciência de ouvir algo do arrazoado, porque o assunto se tornou de tal interesse que é preciso, ao relatar a proposição, nos aprofundarmos um pouco sobre as considerações contrárias que temos a levantar em torno do assunto.

O Sr. Bezerra Neto — Faz V. Exa. muito bem, na discussão desses projetos, em examiná-los, abordá-los e prestar os esclarecimentos devidos. Ao contrário do que V. Exa. pensa, nós o ouvimos com toda atenção, com o maior interesse e prazer.

O SR. GUIDO MONDIN — Foi o que afirmei, há pouco.

Dizia eu, Sr. Presidente, que países legislaram a respeito. A Bélgica proibiu luta de animais provocada pelo homem, como jogo, e V. Exa., Senador Bezerra Neto, fazia alusão a respeito, em outro setor — divertimento ou comércio; passou a punir com prisão "celui qui détient un oiseau chanteur aveuglé"; tipificou o fato de

"faire boire les veaux a l'exceés et leur administrer de force des aliments en vue d'argumenter leur polds"; regulou matematicamente as dimensões das gaiolas dos coelhos, de modo a lhes dar conforto necessário. Assim a própria Espanha, apesar das touradas, a República do Líbano, a Polônia, do que resultou nestes países interessante jurisprudência (cf. art. cit.).

Tôda esta questão, ou seja, a situação dos irracionais no Direito Penal acabou sendo vivamente discutida, no Brasil, em razão da "briga de galos".

Um julgado famoso ocorrido no Estado de São Paulo, motivado por questões processuais, proporcionou a J. B. de Arruda Sampaio, então Procurador de Justiça, um extenso parecer em defesa da "briga de galos", que agora se quer, pelo projeto em pauta, institucionalizar. O Tribunal não chegou a julgar o mérito, decidiu preliminarmente a questão processual, beneficiando aos "galistas". No entanto, o ilustrado parecer, fruto de notável esforço da lógica, tornou-se fundamento para a defesa do estranho fenômeno.

O parecer mencionado (cf. Revista dos Tribunais 199/460) analisa, exaustivamente, a questão sob dois pontos de vista: o jurídico e o moral.

No primeiro afirma não haver texto expresso de lei considerando o fato como crime ou contravenção; critica, tecnicamente, o Decreto n.º 24.645, de 1934. Afirma-o ineficaz, por estender a lei ao campo da moral. Insiste na inexistência da configuração contravençional, em razão do art. 64 da posterior Lei das Contravenções, o qual nega ter origem naquele decreto, no que discorda do Dr. Sadi Cardoso Gusmão. A seu ver a fonte do dispositivo está no Velho Código Penal Francês e no Código Zanardelli. E estes não conferiam direitos aos animais, mas desejavam punir atos de crueldade, em razão de sua gravidade e publicidade, capazes de exercer influência penosa sobre os costumes, contrários aos sentimentos de piedade, inatos no homem. Seria tal contravenção, portanto, de finalidade educativa e preventiva, dirigida contra os costumes. No que se apóia em

Garraud, Sabatini, Von Liszt. Faz distinção entre "crueldade" e "maus tratos" contra animais, para demonstrar, num esforço de lógica, que a provocação de brigas entre animais, pôsto não explícita na lei, não se inclui no art. 64 da Lei de Contravenções.

Do ponto de vista moral, o douto autor do parecer realça a controvérsia. Faz o retrospecto histórico dessa "diversão popular" das brigas de galos, originados estes da Índia: "a raça dos combatentes proveio da Bankva, o galo vermelho das florestas da Malala". E do oriente para o ocidente numa consagração popular o "esporte" teria se enraizado na Cultura Greco-romana, e de lá para o mundo contemporâneo, onde, democraticamente, teria conquistado adeptos em tôdas as camadas sociais, desde os cidadãos anônimos até os chefes do Estado, como Washington, Jefferson, Jackson e Lincoln.

Culmina em afirmar que o galo prefere brigar a comer, sendo cruel não os satisfazer neste amor à luta e à morte. Afinal, dizia Santo Tomás que "ninguém peca por usar de uma coisa para o fim ao qual ela é destinada".

O parecer adotou, nas razões hábilmente nêle expostas, o dito na sentença recorrida:

"O esporte denominado briga de galos, com o aprimorar a espécie e a raça destas aves às quais os aficionados submetem complicado preparo prévio, com o enrijecimento e engorda dos espécimes, tem um motivo justificado tanto quanto o das carreiras de cavalos ou o do humaníssimo jogo de pólo."

O Sr. Attilio Fontana — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com todo prazer.

O Sr. Attilio Fontana — V. Exa. acaba de afirmar que o galo prefere lutar a comer, ou que, mesmo, deixa de comer para lutar. Mas, aí, é o instinto animal que assim o obriga, pois, tendo à sua frente um competidor que o ameaça, ele, naturalmente, não se preocupa com a alimentação, somente com a luta que vai travar. Por conseguinte, a rinha de galo existe porque se encontram no mes-

mo picadeiro as duas aves, uma ameaçando a outra e, como animais irracionais que são, decidem-se a lutar, um procurando destruir o outro. Isso não significa que eles gostem de lutar. Eles se sentem na contingência de ou lutar ou morrer. Ai está a causa da rinha de galo. Louvo muito a esclarecida orientação de V. Exa., nesta oportunidade em que traz decisões e conceitos emitidos por pessoas de grande responsabilidade, combatendo a rinha de galo, que nós outros também procuramos combater.

O SR. GUIDO MONDIN — V. Exa. tem razão. Apenas quero esclarecer que o que acabei de ler não é de minha autoria. É um parecer.

Os Tribunais do País, todavia, manifestaram-se em desacôrdo com o brilhante parecer citado (cf. RT. 272/464, 264/498, 302/448 — 512). Os acórdãos resultantes de tais decisões constituem páginas admiráveis na defesa das tradições jurídicas nacionais. Relataram-nos no Tribunal de Justiça de São Paulo, Coelho de Paula, Flávio Queiroz de Moraes e Hoeppner Dutra.

Assim,

"quem organiza briga de galos infringe o disposto no art. 64 da Lei das Contravenções Penais e está sujeito a processo." (RT. 264/504.)

V. Exa., Senador Attilio Fontana, ontem entregou-me uma longa manifestação da União Internacional Protetora dos Animais e nela li uma série de acórdãos nesse sentido.

"O art. 64 da Lei das Contravenções Penais proíbe a "briga de galos", por constituir tal fato crueldade contra animais, sendo de notar que os preceitos contidos no mesmo compreendem em síntese, na quase totalidade, aquelas modalidades de crueldade contra animais constantes do art. 3.º do Decreto-lei n.º 24.645, de 10-6-34, lei que casuisticamente tratou da matéria primeiramente entre nós" (RT. 272/464). "O lançamento voluntário e consciente de um animal contra outro constitui, da parte do homem, tratamento indubitavelmente cruel, que incide nas penas previstas no art. 64 da Lei das

Contravenções Penais". Não resulta, portanto, em constrangimento ilegal a ameaça de prisão e processo feita pela autoridade policial aos promoventes das "brigas de galos" (RT. 264/498).

"A briga de galos, embora para os galistas constitua um esporte, é, evidentemente, um ato de crueldade para com os animais, visto que os galos quando levados à rinha, enfrentam-se em luta mortal, sangrando-se, cegando-se e brigando até que um deles caia prostrado ao chão e mortalmente ferido" (RT. 302/448).

O Sr. Adalberto Sena — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. GUIDO MONDIN — Com grande prazer.

O Sr. Adalberto Sena — Senador Guido Mondin, estou de inteiro acôrdo com os argumentos de V. Exa. contra esta prática que, no meu entender, não obstante o gosto de algumas pessoas, não deixa de revelar êsse sadismo latente que a humanidade infelizmente conserva como uma reminiscência do seu lastro primitivo do instinto de luta. Este projeto, além de tudo, é péssimamente redigido. Se V. Exa. e os demais membros da Casa dispensarem um pouco de sua atenção a êle não de verificar que, a não ser que a Comissão de Redação lhe desse outra forma, seria até vergonhoso, do ponto de vista do vernáculo, e até do científico, que o Congresso viesse apor sua assinatura, sua aprovação a uma redação semelhante. Por exemplo, diz aqui:

"Permite as brigas de galos ou outras lutas entre animais da mesma espécie."

Não sei qual a diferença entre briga e luta. Também não sei se há outra forma de briga de galo. O pior é que diz "outros animais da mesma espécie". Sabemos cientificamente que só há uma espécie de galos. O que pode ocorrer, por exemplo, é uma luta entre galos da Paraíba, e galos do Rio Grande do Sul. É até uma heresia científica falar de outros animais da mesma espécie. O projeto, no fundo e na forma, é condenável.

O SR. GUIDO MONDIN — A observação do nobre Senador Adalberto

Sena é verdadeiramente preciosa. Não vou ater-me a ela. S. Exa., já o fez. Vou prosseguir apenas na leitura. V. Exa. no início de seu aparte, me fez lembrar algo que li ontem à noite, de Freud, "A Psicanálise da Guerra". Realmente, no caso da briga de galo, como em outras diversões que tais, o homem transfere para os animais aquilo que tem uma vontade enorme de fazer, mas não tem coragem. No fundo é exatamente isto.

Relendo Freud, na "Psicanálise da Guerra", vamos encontrar algumas páginas a êste respeito.

Mas vou prosseguir:

"Finalmente, o Supremo Tribunal Federal, em julgamento do Habeas Corpus n.º 34.936, realizado em 10-4-57, sendo Relator o Ministro Cândido Motta Filho:

"A briga de galo não é simples esporte, pois maltrata os animais em luta e propicia o jogo."

As questões doutrinárias referentes à moral, ao Direito e, mesmo quanto à História foram suficientemente analisadas nos acórdãos, cujas ementas antes citamos. Nenhum argumento "galista" deixou de ser lá refutado com evidente sucesso. Deixamos, por isso, de fazer outras considerações. Parte do tema pertence à lenda. Se a combatividade dos animais lhes é inata, o que não me parece absoluto na certeza, não há necessidade de propiciar-lhes maior crueldade preparando-os para a morte e adaptando-lhes "esporas" mortíferas. Assim não se aprimora a raça, sim os meios para o aniquilamento. Não se tutelando o direito dos animais, proteja-se, ao menos, a piedade, o humanitarismo, os valores pacíficos existentes no homem, já marcado por tantos outros males. Quem assiste a formidável embate entre galos no "gamelão", ou, se na arena não houve vitória, a trágica e diabólica luta no "rebôlo", sabe, certamente, que o denominado "esporte" açula o terror, e depois dêle, os instintos da violência e da morte existentes no homem. Ora, com isto não se há de compadecer o Direito, donde a questão ju-

ridica ser pacífica: briga de galo é contravenção penal.

Por outro lado, tal atividade proporciona a ocasião para o jogo. E sobre êle não existe controvérsia moral.

Não se justificando a êste respeito a revogação, como propõe o projeto, do disposto na letra b do parágrafo único do art. 60 do Decreto-lei n.º 6.259, de 10-2-64.

Assim sendo, pelas informações acima prestadas, deve o projeto ser rejeitado.

S.M.J.

Brasília, 11 de maio de 1970. —
Ronaldo Rebello de Brito Poletti,
Assessor."

Tenho, ainda, Sr. Presidente, aqui, outras opiniões, particularmente de nobres magistrados paulista.

Os eminentes colegas terão paciência porque vou ler três ou quatro dessas manifestações.

Antes, atendo-me às palavras do Acórdão do Tribunal de Alçada de São Paulo, do Juiz Mário Hoepfner Dutra:

(Lê.)

"Estas crueldades contrastam com todos os sentimentos de humanidade, de compaixão e de benevolência: prejudicam no homem avesso ao mau trato das criaturas animadas que o circundam, os sentimentos compassivos, piedosos e humanos e o tornam insensível aos sofrimentos alheios e também o endurecem em relação aos seus semelhantes."

Do Dr. Flávio Queiroz de Moraes, também Juiz:

(Lê.)

Não se cogita evidentemente de reconhecimento de direitos dos animais, mas de se não permitir ao homem que vá procurar no sofrimento daqueles, uma satisfação para suas tendências sádicas. —

Os foros de cultura e sentimentos de qualquer povo verdadeiramente

te civilizado não podem admitir. —

Do Dr. Mário Mello Freire, Procurador da Justiça:

(Lê.)

"Recreação de mau gosto. Espectáculo pouco edificante. Ação condenável porque prevista e punível na lei das contravenções penais. E se ela se enraizou em nossos (maus) costumes, soou em nosso País com o Dec. Federal n.º 24.645, uma clarinada qual toque de reunir de pessoas de elevados e nobres sentimentos para combater no erro e para se extirpar, definitivamente, do panorama de nossos costumes, usos tão impiedosos."

Ainda do Sr. Flaminio Fávero, que os nobres Colegas tão bem conhecem:

(Lê.)

"Além desses aspectos de desumanidade e morbidez, há o de ordem educacional. Vamos educar os jovens na escola da bondade, da piedade da solidariedade em favor dos semelhantes e dos animais. Disso é que o mundo carece. —"

Sr. Presidente, de um telegrama recebido, que também sintetiza muito bem o que pensa o nosso País em torno do assunto:

(Lê.)

"No momento em que o Governo da Revolução brasileira começa a libertar o povo da miséria das favelas com a construção de casas do BNH, erradicar o analfabetismo com programas intensos do Ministério da Educação, criar Assistência Social às massas trabalhadoras, surge inexplicavelmente, na Câmara Federal, um Projeto de Lei ameaçando os princípios cristãos do nosso povo. E o monstruoso projeto de legalização de ninhadas de galos, brigas entre pássaros, entre canários da terra, e entre animais. Autêntico jogo de sadismo que nada mais é que uma forma indireta de legalizar a jogatina no Brasil. Esse monstruoso projeto, se aprovado, poderá provocar um violento impacto com grandes reflexos

junto a opinião pública brasileira e internacional.

O Brasil que é um País que tem maior número de pássaros no mundo, (2.000 espécies contra 300 da Europa, 450 dos E.U.A., 700 da África) tornou-se mundialmente conhecido pelas festividades anuais em torno das crianças e aves brasileiras, comemoradas em todas as escolas primárias e secundárias por todo o Brasil.

A aprovação desse repugnante projeto que permite o desenvolvimento do sadismo e corrupção, baseado em jogatinas desenfreadas, provocará um impacto com grandes reflexos pois não se pode admitir que a criança que desde pequena aprende a cultivar em seu coração o amor à natureza, o respeito à terra e à bandeira, onde vivem esses pássaros, ao completar 18 anos, receba uma instrução totalmente contrária, ou seja, ser autorizada a desenvolver o sadismo permitindo brigas entre galos, canários da terra, curiós, corrupções e outros animais indefesos."

Finalmente, Sr. Presidente, poderia apresentar, ainda, quantidade de manifestações que nos foram dirigidas e também à Presidência da República, no sentido de não se permitir a aprovação deste Projeto. Há, aqui, um telegrama, cujo principal signatário é muito conhecido de todos nós. Diz ele:

(Lê.)

"Uma hora em que vemos despondimento, no coração do nosso povo a esperança de um Brasil melhor, mais digno e capaz, muito nos entristece e surpreende ver surgir anseios de legalizar as ninhadas de aves e animais, num jogo de sadismo e corrupção que atenta, diretamente, contra a moral e a segurança da família brasileira."

Telegrama dirigido ao Sr. Presidente da República:

(Lê.)

"Apelamos a V. Exa., que sempre conduziu, com desvelo e carinho, os assuntos de nosso País, a fim de que, mais uma vez, proteja da ameaça os princípios cristãos do nosso povo."

Este telegrama está assinado pela "Associação de Preservação da Vida Selvagem", "Associação de Defesa da Fauna e Flora", "Federação Ornitológica Brasileira", "Sociedade Ornitológica Bandeirante", "Sociedade Zoológica-Educativa", "União Internacional Protetora dos Animais", "Associação de Amparo aos Animais", Loja Teosófica de São Paulo".

E tem aqui, Sr. Presidente e nobres colegas, como principal signatário, Johan Dalgas Frish. Quem é ele? É este poeta que todos nós conhecemos, que penetra a selva brasileira para captar e gravar vozes animais.

Conheço um disco que ele habilmente conseguiu gravar onde, inclusive, se ouve essa coisa maravilhosa que é a voz do uirapuru.

Portanto, podíamos fazer desfilar uma série de manifestações não apenas no exame dos aspectos jurídicos do projeto que estamos apreciando, mas particularmente à manifestação de toda delicadeza da alma brasileira na defesa dos animais.

Sr. Presidente, leio, ainda, a manifestação de um dos nossos mais festejados intelectuais, o escritor Menotti Del Picchia, dizendo:

"O servir-se o homem do sofrimento propositadamente provocado, de seres indefesos, para vibrar emocionalmente, é prova insofismável de morbidez e doença psicológica."

E há aqui, ainda, a respeito, palavras desse imortal Victor Hugo: "A proteção dos animais faz parte da moral e da consciência de um povo."

E não se pode deixar de lembrar que são dele essas palavras — porque o seu sentimento para com o homem o levou também para os animais — ao expressar, certa feita, algo de uma sublimação total: "O homem se coloca onde termina a terra; a mulher, onde começa o céu."

Também ele, Victor Hugo, tinha essas preocupações que lembramos hoje, ao combater, Sr. Presidente e nobres colegas, este projeto. Que importa que nas comissões técnicas tivesse ele recebido aprovação? Aqui no plenário, a nosso jeito, a última instância, nós, em nome da Maioria, o rejeitamos.

(Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Continua em discussão o projeto.

O SR. ATTÍLIO FONTANA — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana.

O SR. ATTÍLIO FONTANA (Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, pedi a palavra apenas para manifestar a minha grande satisfação e felicitar o nobre Senador Guido Mondin, que, na liderança da Matéria desta Casa, pronuncia-se contra o projeto em discussão.

Quero também congratular-me com os nobres Senadores, porque, rejeitando este projeto, estaremos praticando um ato humanitário, um ato de pensamento elevado, que certamente merecerá o aprêço e o apoio da opinião pública brasileira.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem! Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Continua a discussão, mais nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, vou declarar encerrada a discussão. (Pausa.)

Encerrada.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado. O projeto irá ao arquivo, devendo ser feita comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

N.º 184, de 1968

(N.º 3.116-B/61, na Casa de origem)

Permite as brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — As brigas de galos ou quaisquer outras lutas entre animais da mesma espécie, ou espécies diferentes, com exclusão das touradas ou simulacros de touradas, serão permitidas em todo o território nacional,

desde que cumpridas as formalidades estabelecidas na presente Lei.

Art. 2.º — As competições a que se refere o artigo anterior serão realizadas em local adequado, de entrada pública, vedado o ingresso de menores e exclusivamente patrocinadas por entidades juridicamente organizadas.

Art. 3.º — As entidades ou agremiações que se organizarem com esse objetivo, para iniciarem o seu funcionamento deverão estar inscritas em órgão ou serviço próprio do Ministério da Agricultura, mediante simples requerimento e apresentação dos respectivos estatutos, os quais conterão obrigatoriamente as seguintes disposições:

- a) ausência de fins lucrativos no emprêgo de suas atividades;
- b) realização de espetáculos ou rinhhas sob a responsabilidade técnica de veterinário nominalmente indicado;
- c) realização de competições somente aos sábados, domingos e feriados e entre as 14 e 24 horas;
- d) obrigatoriedade de registro específico e pormenorizado dos animais que tomarem parte nos espetáculos.

Art. 4.º — Não é permitida, sob pena de imediata cassação de funcionamento, a participação da entidade ou agremiação nas apostas realizadas pelos assistentes dos espetáculos.

Art. 5.º — Não poderá tomar parte em espetáculos da natureza dos aqui tratados, o animal que não tenha tido um período de descanso mínimo de 30 (trinta) dias entre uma luta e outra e cuja idade não esteja nos limites da tabela a ser organizada pelo Ministério da Agricultura.

Art. 6.º — Para efeito da execução desta Lei, todos os assuntos a ela relacionados estarão subordinados ao Ministério da Agricultura, que sobre eles disporá, em regulamento que baixará dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, fiscalizando o seu fiel cumprimento.

Art. 7.º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi)

Item 2

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, de acordo com o art. 265 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 19, de 1970, de autoria do Sr. Senador Lino de Mattos, que faculta aos deficientes de visão o ingresso no Serviço Público Federal, e dá outras providências, tendo PARECER, sob n.º 523, de 1970, da Comissão: — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

Em discussão o projeto quanto à constitucionalidade. (Pausa.)

Nenhum dos Srs. Senadores desejando fazer uso da palavra, declaro encerrada a discussão.

Passa-se à votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está rejeitado.

O projeto irá ao arquivo.

É o seguinte o projeto rejeitado:

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 19, DE 1970

Faculta aos deficientes de visão o ingresso no serviço público federal, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º — Aos deficientes de visão, total ou parcial, assim compreendidos os cegos e os ambliopes, é facultada a nomeação, tanto em caráter efetivo, como em comissão, em cargo público federal, considerado compatível com as suas condições de saúde e habilitações profissionais, à vista de atestados de capacidade física e mental fornecidos, respectivamente, por serviço médico especializado e órgão psicotécnico oficial ou reconhecido.

§ 1.º — Somente será admitida a inscrição nas provas de habilitação a cargos públicos federais de que trata este artigo aos cegos ambliopes que houverem sido admitidos a curso de reabilitação e formação profissional em instituição oficial ou particular reconhecida.

§ 2.º — A efetivação do deficiente de visão no cargo ou função dar-se-á após o cumprimento do período de estágio probatório a que se refere o artigo 15 da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Civis da União).

§ 3.º — Durante este período é assegurada ao deficiente de visão a integração nos serviços respectivos através de treinamento adequado.

Art. 2.º — O Poder Executivo dentro de 90 (noventa) dias, a partir da publicação da presente Lei, expedirá Decreto regulamentando o disposto no seu artigo 1.º

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito. (Pausa.)

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão, designando, para a de amanhã, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 63, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 63, de 1970, de autoria da Comissão Diretora, que nomeia, em vagas existentes, para cargos iniciais da carreira de Taquígrafos de Debates, PL-4, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, candidatos habilitados em concurso público.

2

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 64, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 64, de 1970, de autoria da Comissão Diretora, que exonera, a pedido, Wilson Peçanha, Inspetor de Segurança, PL-8, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

3

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 65, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 65, de 1970, de autoria da Comissão Diretora, que aposenta Jorge Manoel Azevedo, Taquígrafo de Debates, PL-3, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

4

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 66, DE 1970

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 66, de 1970, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Antenor Rocha Pinto, Auxiliar de Portaria, PL-10, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Edmundo Levi) — Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 16 horas e 25 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

7.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26 DE AGOSTO DE 1970

As dezesseis horas do dia vinte e seis de agosto de mil novecentos e setenta, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Guido Mondin, Presidente em exercício, estando presentes os Senhores Senadores Adalberto Sena, Duarte Filho e Raul Giuberti, reúne-se a Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Senhores Senadores Eurico Rezende, Ney Braga, Cattete Pinheiro e Antonio Balbino.

É dispensada a leitura da ata da reunião anterior que, em seguida, é aprovada.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Adalberto Sena a fim de emitir parecer sobre a matéria constante da pauta.

Com a palavra, o Sr. Senador Adalberto Sena lê parecer pelo arquivamento ao Projeto de Lei do Senado n.º 95, de 1968, que "reconhece as carteiras escolares expedidas por estabelecimentos estrangeiros de ensino".

Submetido o parecer à discussão e votação, é o mesmo aprovado sem restrições.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Cláudio Carlos Rodrigues Costa, Secretário da Comissão, a presente Ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

M E S A		LIDERANÇA DO GOVERNO
Presidente: João Cleofas (ARENA — FE)	4º-Secretário: Manoel Villaça (ARENA — RN)	Lider: Filinto Müller (ARENA — MT)
1º-Vice-Presidente: Wilson Gonçalves (ARENA — CE)	1º-Suplente: Sebastião Archer (MDB — MA)	Vice-Líderes: Petrônio Portella (ARENA — PI)
2º-Vice-Presidente: Lino de Mattos (MDB — SP)	2º-Suplente: Sigefredo Pacheco (ARENA — PI)	Eurico Rezende (ARENA — ES)
1º-Secretário: Fernando Corrêa (ARENA — MT)	3º-Suplente: Domício Gondim (ARENA — PB)	Antônio Carlos (ARENA — SC)
2º-Secretário: Edmundo Levi (MDB — AM)	4º-Suplente: José Feliciano (ARENA — GO)	Guido Mondin (ARENA — RS)
3º-Secretário: Paulo Torres (ARENA — RJ)		Dinarte Mariz (ARENA — RN)
		DO MDB
		Lider: Aurélio Vianna (GB)
		Vice-Líderes: Adalberto Sena (AC)
		Bezerra Neto (MT)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

TITULARES
Arnon de Mello
José Leite
Benedicto Valladares
Vasconcelos Torres
Teotônio Vilela

SUPLENTES
Mello Braga
José Guilomard
Adolpho Franco
Lobão da Silveira
Victorino Freire

MDB

Nogueira da Gama José Ermírio
Josaphat Marinho Aurélio Vianna

Secretário: Cláudio Carlos Rdrigues Costa — R. 360.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Flávio Brito
Vice-Presidente: Atílio Fontana

ARENA

TITULARES
Flávio Brito
Ney Braga
Atílio Fontana
Teotônio Vilela
Milton Trindade

SUPLENTES
Benedicto Valladares
José Guilomard
Júlio Leite
Menezes Pimentel
Clodomir Millet

MDB

José Ermírio Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo Nogueira da Gama

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: terça-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMERCIO — ALALC

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello
Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

TITULARES
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Mello Braga
Vasconcelos Torres
Mem de Sá

SUPLENTES
José Leite
Eurico Rezende
Benedicto Valladares
Carvalho Pinto
Filinto Müller

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena

Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Petrônio Portella
Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

TITULARES
Milton Campos
Antônio Carlos
Carvalho Pinto
Eurico Rezende
Guido Mondin
Petrônio Portella
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Moura Andrade

SUPLENTES
Mem de Sá
Flávio Brito
Benedicto Valladares
Milton Trindade
Júlio Leite
Mello Braga
Adolpho Franco
Filinto Müller
Dinarte Mariz

MDB

Antônio Balbino
Bezerra Neto
Josaphat Marinho

Argemiro de Figueiredo
Nogueira da Gama
Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: Quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dinarte Mariz
Vice-Presidente: Adalberto Sena

ARENA

TITULARES
Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Petrônio Portella
Atílio Fontana
Júlio Leite
Clodomir Millet
Guido Mondin
Antônio Fernandes

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Mello Braga
Teotônio Vilela
José Leite
Mem de Sá
Filinto Müller
Milton Trindade
Waldemar Alcântara

MDB

Aurélio Vianna
Adalberto Sena
Oscar Passos
Bezerra Neto
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.
Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Mem de Sá
Vice-Presidente: José Ermírio

ARENA

TITULARES
Mem de Sá
Carlos Lindenberg
Júlio Leite
Teotônio Vilela
Ney Braga
Cattete Pinheiro
Atílio Fontana
Duarte Filho

SUPLENTE
José Leite
Filinto Müller
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Arnon de Mello
Antônio Carlos
Flávio Brito
Milton Trindade

MDB

Bezerra Neto
José Ermírio
Pessoa de Queiroz
Nogueira da Gama
Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 308.
Reuniões: terças-feiras, às 17 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
Vice-Presidente: Guido Mondin

ARENA

TITULARES
Eurico Rezende
Ney Braga
Guido Mondin
Cattete Pinheiro
Duarte Filho

SUPLENTE
Benedicto Valladares
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Teotônio Vilela
Raul Giuberti

MDB

Adalberto Sena
Antônio Balbino
Ruy Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — R. 306.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO
E CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS
E POVOAMENTO**
(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Moura Andrade
Vice-Presidente: José Cândido

ARENA

TITULARES
Moura Andrade
Antônio Carlos
Waldemar Alcântara
Milton Trindade
Flávio Brito
José Cândido
Eurico Rezende
Guido Mondin

SUPLENTE
José Guimard
Victorino Freire
Filinto Müller
Lobão da Silveira
Raul Giuberti
Petrônio Portella
Daniel Krieger

MDB

Ruy Carneiro
Antônio Balbino
Argemiro de Figueiredo
Adalberto Sena
José Ermírio

Secretária: Maria Helena B. Brandão — Ramal 305.
Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE FINANÇAS
(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Argemiro de Figueiredo
Vice-Presidente: Carvalho Pinto

ARENA

TITULARES
Carvalho Pinto
Cattete Pinheiro
Mem de Sá
José Leite
Moura Andrade
Clodomir Millet
Adolpho Franco
Raul Giuberti
Júlio Leite
Waldemar Alcântara
Vasconcelos Torres
Atílio Fontana
Dinarte Mariz

SUPLENTE
Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Guimard
Daniel Krieger
Petrônio Portella
Milton Trindade
Antônio Carlos
Benedicto Valladares
Mello Braga
Flávio Brito
Filinto Müller
Duarte Filho
Eurico Rezende

MDB

Argemiro de Figueiredo
Bezerra Neto
Pessoa de Queiroz
José Ermírio
Oscar Passos
Josaphat Marinho
Aurélio Vianna
Nogueira da Gama

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314.
Reuniões: quartas-feiras, às 10 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES
Flávio Brito
Adolpho Franco
Júlio Leite
Mem de Sá
Teotônio Vilela

SUPLENTE
José Cândido
Mello Braga
Arnon de Mello
Clodomir Millet
Milton Trindade

MDB

Antônio Balbino
José Ermírio
Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — R. 305.
Reuniões: quartas-feiras, às 16 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Adolpho Franco

Vice-Presidente: Mello Braga

ARENA**TITULARES**

Adolpho Franco
Victorino Freire
Atílio Fontana
Mello Braga
Júlio Leite

SUPLENTE

Celso Ramos
Milton Trindade
José Leite
Raul Giuberti
Duarte Filho

MDB

Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna

Josaphat Marinho

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidente: José Leite

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
José Leite
Celso Ramos
Carlos Lindenberg
Benedicto Valladares

SUPLENTE

Vasconcelos Torres
José Guimard
Teotônio Vilela
Guido Mondin
Victorino Freire

MDB

Oscar Passos

Josaphat Marinho

José Ermírio

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

COMISSÃO DO POLIGONO DAS SECAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Duarte Filho

ARENA**TITULARES**

Clodomir Millet
Antônio Fernandes
Arnon de Mello
Duarte Filho
Menezes Pimentel

SUPLENTE

Carlos Lindenberg
Teotônio Vilela
José Leite
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz

MDB

Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira — Ramal 313.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger

Vice-Presidente: Waldemar Alcântara

ARENA**TITULARES**

Daniel Krieger
Raul Giuberti
Antônio Carlos
Carlos Lindenberg
Mem de Sá
Eurico Rezende
Waldemar Alcântara
Carvalho Pinto

SUPLENTE

Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Ney Braga
Milton Campos
Filinto Müller
Guido Mondin
José Guimard

MDB

Antônio Balbino

José Ermírio

Aurélio Vianna

Ruy Carneiro

Secretário: Afrânio Cavalcanti Melo Júnior — R. 307.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares

Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Cattete Pinheiro
Antônio Carlos
Mem de Sá

SUPLENTE

Filinto Müller
José Leite
Clodomir Millet

MDB

Nogueira da Gama

Aurélio Vianna

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 311.

Reuniões: quartas-feiras, às 14 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gilberto Marinho

Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Filinto Müller
Waldemar Alcântara
Antônio Carlos
Mem de Sá
Ney Braga
Milton Campos
Moura Andrade
Gilberto Marinho
Arnon de Mello
José Cândido
Mello Braga

SUPLENTE

José Guimard
Carlos Lindenberg
Adolpho Franco
Petrônio Portella
José Leite
Teotônio Vilela
Clodomir Millet

MDB

Pessoa de Queiroz

Josaphat Marinho

Aurélio Vianna

Antônio Balbino

Oscar Passos

Bezerra Neto

Secretário: J. B. Castejon Branco — Ramal 457.

Reuniões: quintas-feiras, às 14 horas e 30 minutos.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro

Vice-Presidente: Raul Giuberti

ARENA**TITULARES**

Cattete Pinheiro
Duarte Filho
Waldemar Alcântara
José Cândido
Raul Giuberti

SUPLENTE

Júlio Leite
Menezes Pimentel
José Leite
Flávio Brito
Vasconcelos Torres

MDB

Adalberto Sena

Nogueira da Gama

Bezerra Neto

Ruy Carneiro

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — R. 310.

Reuniões: quintas-feiras, às 10 horas.

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Senhor Diretor-Geral.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Victorino Freire
Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES
Victorino Freire
José Guimard
Gilberto Marinho
Ney Braga
José Cândido

SUPLENTE
Filinto Müller
Atílio Fontana
Dinarte Mariz
Mello Braga
Celso Ramos

MDB

Oscar Passos
Aurélio Vianna
Argemiro de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quintas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carlos Lindenberg
Vice-Presidente: José Guimard

ARENA

TITULARES
Victorino Freire
Carlos Lindenberg
Arnon de Mello
Raul Giuberti
José Guimard

SUPLENTE
Celso Ramos
Petrônio Portella
Eurico Rezende
Menezes Pimentel

MDB

Ruy Carneiro
Adalberto Sena
Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.
Reuniões: quartas-feiras, à tarde.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Celso Ramos
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

ARENA

TITULARES
José Leite
Celso Ramos
Arnon de Mello
Vasconcelos Torres
José Guimard

SUPLENTE
Guido Mondin
Atílio Fontana
Eurico Rezende
Lobão da Silveira
Carlos Lindenberg

MDB

Pessoa de Queiroz
Bezerra Neto
Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 312.
Reuniões: quartas-feiras, às 9 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA
(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Clodomir Millet
Vice-Presidente: Milton Trindade

ARENA

TITULARES
Clodomir Millet
Milton Trindade
José Guimard
Flávio Brito
Lobão da Silveira

SUPLENTE
José Cândido
Filinto Müller
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Cattete Pinheiro

MDB

Oscar Passos
Adalberto Sena
Aurélio Vianna

Secretário: Walter Manoel Germano de Oliveira —
Ramal 313.
Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas.
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Ex-
teriores.

ASSINATURAS DO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
(SEÇÃO II)

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE
PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGAVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podéres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF.

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre .. Cr\$ 20,00
Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre .. Cr\$ 40,00
Ano Cr\$ 80,00

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

**ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO
CITADA OU REVOGADA**

1º VOLUME CONTENDO 268 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37
DECRETOS-LEIS N.ºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40
DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56
DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PÁGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 A 50
DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PÁGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62
DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PÁGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 63 A 67
DECRETOS-LEIS N.ºs 805 A 851
LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue a

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — Caixa Postal 5534
Em Brasília: SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Editada pelo Senado Federal
DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Direção
LEYLA CASTELLO BRANCO RANGEL

NÚMEROS PUBLICADOS:

— março n.º 1 (1964)	5,00
— junho n.º 2 (1964)	5,00
— setembro n.º 3 (1964)	esgotada
— dezembro n.º 4 (1964)	5,00
— março n.º 5 (1965)	5,00
— junho n.º 6 (1965)	5,00
— setembro n.º 7 (1965)	5,00
— dezembro n.º 8 (1965)	esgotada
— março n.º 9 (1966)	"
— junho n.º 10 (1966)	"

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INF. LEGISLATIVA DE 1 A 10, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

— setembro n.º 11 (1966)	esgotada
— outubro/novembro/dezembro número 12 (1969)	"
— janeiro a junho n.ºs 13 e 14 (1967)	"
— junho a dezembro n.ºs 15 e 16 (1967) ..	5,00
— janeiro a março n.º 17 (1968)	5,00
— abril a junho n.º 18 (1968)	5,00
— julho a setembro n.º 19 (1968)	5,00
— outubro a dezembro n.º 20 (1968)	5,00

ÍNDICE DO SUMÁRIO DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA DE 1 A 20, enviaremos gratuitamente a quem nos solicitar.

ANO VI — N.º 21 — Janeiro a Março de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO FINANCEIRO NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Ministro Aliomar Baleeiro

COLABORAÇÃO

O DIREITO PENAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967
Prof. Luiz Vicente Cernicchiaro

COLABORAÇÃO

ABUSO DE PODER DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1) A importância das comissões parlamentares de inquérito. 2) Textos sobre o assunto nas Constituições brasileiras e estrangeiras (Estados Unidos, Itália, França, Alemanha, Bélgica, Japão). 3) Delimitação da competência das comissões. 4) As Leis números 1.579, de 1952, e 4.595, de 1964. 5) Os poderes das comissões parlamentares de inquérito vistos pelo STF e pela Suprema Corte americana. 6) Abuso de poder de inquirir. 7) Conclusão.

COLABORAÇÃO

O TRIBUNAL DE CONTAS E AS DELIBERAÇÕES SOBRE O JULGAMENTO DA LEGALIDADE DAS CONCESSÕES

Sebastião B. Affonso, Diretor no Tribunal de Contas da União.

Concessões de aposentadoria, reformas e pensões: — Competência constitucional do Tribunal de Contas — Efeitos jurídicos do julgamento da legalidade — Natureza e revisão dessas decisões — Recurso ao Congresso Nacional.

COLABORAÇÃO

CONTROLE FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS E EMPRESAS PÚBLICAS

Heitor Luz Filho, Advogado

DOCUMENTAÇÃO

SUPLENÇA

Norma Izabel Ribeiro Martins, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

I — Constituição de 1967. II — As Constituições anteriores. III — Renúncia: — alguns casos de renúncia de suplentes: a) Padre Constantino Vieira; b) Senador José Feliciano; c) Senador Aló Guimarães. IV — Afastamento do exercício do mandato — convocação de suplentes: a) Senador Nereu Ramos; b) Senador Afonso Arinos. V — Provocação de perda de mandato por suplente: — Deputado Ademar da Costa Carvalho. VI — Incompatibilidade: — Senador Antônio Jucá; — Dr. Mário Pinotti. VII — Inelegibilidade. VIII — Legislação.

PESQUISA

O PARLAMENTARISMO NA REPÚBLICA

Sara Ramos de Figueiredo, Orientadora de Pesquisas Legislativas, Diretoria de Informação Legislativa.

— Ato Adicional — Atribuições do Presidente da República — Gabinete Tancredo Neves — Indicação do Sr. San Thiago Dantas para Primeiro-Ministro — Indicação do Sr. Auro Moura Andrade para Primeiro-Ministro — Gabinete Brochado da Rocha — Gabinete Hermes Lima — Leis Complementares e Delegadas — Críticas ao parlamentarismo — Revogação do Ato Adicional — Plebiscito — Emenda Constitucional n.º 6, de 1963.

ANO VI — N.º 22 — Abril a Junho de 1969 — Preço: 5,00
Sumário:

COLABORAÇÃO

O DIREITO PROCESSUAL NA CONSTITUIÇÃO DE 1967

Prof. Francisco Manoel Xavier de Albuquerque

COLABORAÇÃO

TRATAMENTO JURÍDICO DAS REVOLUÇÕES

Dr. Clóvis Ramalhe

Teoria sociológica das Revoluções. — O fato jurídico da força. — O fato e a norma. — A eficácia dos editos revolucionários e sua legitimação. — Direito revolucionário. — Direito de resistência e Estado de Direito. — Tratamento preventivo das Revoluções no Direito Interno. — No Direito Internacional. — Direitos Fundamentais e Revolução. — Convenção de Estocolmo, da Cruz Vermelha. — A Corte Europeia e o caso Lawless.

COLABORAÇÃO

O NEGÓCIO JURÍDICO INTITULADO "FICA" E SEUS PROBLEMAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

I — Introdução. II — Valor e Força dos Usos e Costumes no Direito. III — As Res Mancipi em Roma.

IV — Primórdios da Pecuária Mato-Grossense. V — Origens do Negócio Jurídico "FICA". VI — Conceito e Evolução do "FICA". VII — Espécies de "FICA". VIII — Compra e Venda a Entregar. IX — Nota Promissória Pecuária. X — Parceria Pecuária. XI — Interpretação do Contrato. XII — Simulação. XIII — Depósito. XIV — Ação Executiva e Reivindicatória. XV — Conclusões.

COLABORAÇÃO

DOS RECURSOS EM AÇÕES ACIDENTARIAS

Paulo Guimarães de Almeida, Procurador do INPS

PROCESSO LEGISLATIVO

VETOS — LEGISLAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Jesse de Azevedo Barquero, Orientador de Pesquisas Legislativas e *Santyno Mendes dos Santos*, Diretoria de Informação Legislativa.

1.º Capítulo

— Legislação (de 1889 a 1969)

2.º Capítulo

— Apreciação dos vetos

- 1 — Cisão de veto
- 2 — Cisão de veto parcial
- 3 — Cisão de veto total
- 4 — Convocação do Senado Federal no intervalo das sessões legislativas para deliberar sobre matérias de sua competência exclusiva, dentre elas "a apreciação dos vetos do Prefeito do Distrito Federal"
- 5 — Decurso de prazo
- 6 — Prazo para preclusão do veto
- 7 — Prazo para pronunciamento sobre veto
- 8 — Prazo do veto — interrupção (sessão legislativa convocada para fim especial — interpretação)
- 9 — Razões do veto

DOCUMENTAÇÃO

REGULAMENTO DAS PROFISSÕES: TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO — ECONOMISTA

PESQUISA

CAPITAIS ESTRANGEIROS NO BRASIL

Ilvo Sequeira Batista, Diretoria de Informação Legislativa

- I — Histórico da Legislação; II — Conceituações
 III — O Capital Estrangeiro na Constituição de 1967;
 IV — Depoimentos na CPI sobre Transações entre Empresas Nacionais e Estrangeiras; V — Discursos;
 VI — Conclusão.

ANO VI — N.º 23 — Julho a Setembro de 1969 — Preço: 5,00

Sumário:

COLABORAÇÃO

DA FUNÇÃO DA LEI NA VIDA DOS ENTES PARAESTATAIS

Rubem Nogueira, Deputado Federal, Professor Titular de Teoria Geral do Direito na Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica da Bahia.

COLABORAÇÃO

DO PROCESSO DAS AÇÕES SUMÁRIAS TRABALHISTAS

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO CONTROLE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

1 — Constituições rígidas e flexíveis. 2 — Conceito de constitucionalidade. Presunção de constitucionalidade. 3 — Origens. Marshall e a inconstitucionalidade das leis. 4 — O Controle no Brasil. As Constituições: de 1824 à Emenda Constitucional n.º 1. A legislação pertinente. 5 — Inconstitucionalidade em tese. Sistemas de controle. 6 — O S.T.F. e o controle. A função do Procurador-Geral da República. A liminar. Desistência. 7 — A inconstitucionalidade no Tribunal de Justiça. Prejudicial de inconstitucionalidade. A decisão do juiz singular. 8 — Os efeitos da declaração. O papel do Senado. Apreciação pelo Tribunal de Contas. 9 — Constitucionalidade de tratado ou acórdão.

COLABORAÇÃO

DISPONIBILIDADE GRÁFICO-EDITORIAL DA IMPRENSA ESPECIALIZADA

Prof. Roberto Atila Amaral Vieira, Chefe da Divisão Editorial do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas e Professor de Economia Política na Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro.

I. Introdução; II Ausência de Informação; III. Problemas Peculiares à *Imprensa Especializada*; IV. Tendências da Indústria Gráfica; V. Conclusões.

DOCUMENTAÇÃO

A PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL

I — Emenda Constitucional n.º 1, de 1969. Constituição do Brasil de 1967. II — As Constituições anteriores. III — O Projeto de Constituição e as emendas apresentadas ao seu texto no Congresso Nacional. IV — Resolução do Congresso Nacional n.º 1, de 1967. V — Pareceres de Juristas: 1 — Alfredo Buzaid; 2 — Frederico Marques; 3 — José Loureiro Júnior; 4 — Lafayette Pondé; 5 — Miguel Reale; 6 — Paulino Jacques; 7 — Pontes de Miranda. VI — Comentário da Imprensa. VII — Mandado de Segurança impetrado pelo Senador Auro Moura Andrade contra Ato do Presidente da Câmara dos Deputados, para assegurar ao impetrante, Presidente do Senado Federal, a direção das Sessões conjuntas do Congresso Nacional. Decisão do Supremo Tribunal Federal (integra). — Audiência de Publicação de 27 de agosto de 1969).

DOCUMENTAÇÃO

INCOMPATIBILIDADES

Sara Ramos de Figueirêdo, Orientadora de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

I — Conceito. II — As incompatibilidades nas Constituições brasileiras. III — Casos de incompatibilidades: 1 — Incompatibilidade do mandato de Senador como o exercício do cargo de Prefeito — Senador Lino de Mattos — Senador pelo Estado de São Paulo, eleito para o cargo de Prefeito da capital do mesmo Estado — 1955; 2 — Incompatibilidade do mandato de Senador com o exercício do cargo de Governador: a) Senador Moysés Lupion — Senador pelo Estado do Paraná, eleito para o cargo de Governador do

mesmo Estado — 1956; b) Senador Dinarte Mariz — Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, eleito para o cargo de Governador do mesmo Estado — 1956. IV — Compatibilidade do mandato de Senador com o cargo de Vice-Governador de Estado: Senador Arthur Bernardes Filho — Senador pelo Estado de Minas Gerais, eleito Vice-Governador do mesmo Estado — 1955. V — Compatibilidades e incompatibilidades do mandato com o exercício de missões diplomáticas: 1 — Indicação n.º 5, de 1951 (de caráter geral), do Senador Mozart Lago (consulta à Comissão de Constituição e Justiça; Parecer n.º 396, de 1952, da C.C.J.); 2 — Senador Assis Chateaubriand, nomeado Embaixador Especial e Plenipotenciário junto ao Governo da Grã-Bretanha; 3 — Vigência da Constituição de 1967; Senador Auro Moura Andrade, nomeado Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário junto ao Governo da Espanha. VI — Compatibilidades: 1 — Escola Superior de Guerra; 2 — Cargo consultivo e efetivo em instituição de caráter público.

DOCUMENTAÇÃO

A PROFISSÃO DE JORNALISTA

Fernando Giuberti Nogueira, Orientador de Pesquisas Legislativas — Diretoria de Informação Legislativa.

ANO VI — N.º 24 — Outubro a Dezembro de 1969
Preço: Número Especial — 10,00

COLABORAÇÃO

INCONSTITUCIONALIDADE DE DECRETOS-LEIS SOBRE INELEGIBILIDADES

Josaphat Marinho, Senador — Professor da Faculdade de Direito da Universidade da Bahia.

1 — Decreto-Lei n.º 1.069. 2 — Decreto-Lei n.º 1.063. 3 — Emenda Constitucional n.º 1 e *vacatio legis*. 4 — Importância da complementação da Lei. 5 — A Constituição de 1967 e a Emenda n.º 1. 6 — Atos Institucionais. 7 — Derrogação e ab-rogação. Atos nulos. 8 — Segurança nacional. 9 — O S.T.P. e o conceito de Segurança Nacional. 10 — O S.T.P. e o Decreto-Lei n.º 314. 11 — Eleições municipais em parte da Federação. 12 — Constituição, decreto-lei e lei delegada. 13 — Inelegibilidades e lei complementar. 14 — Partilha do poder de legislar: delimitação. 15 — Conclusão.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DO PODER JUDICIÁRIO AMERICANO E BRASILEIRO

Prof. Paulino Jacques

COLABORAÇÃO

"MANDATUM IN REM SUAM"

Domingos Sávio Brandão Lima, Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso e Professor Titular da Faculdade Federal de Direito de Mato Grosso.

COLABORAÇÃO

ASPECTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Roberto Rosas, Professor da Universidade de Brasília, da Universidade do Distrito Federal e da Faculdade de Direito do Distrito Federal.

O escopo da criação do Tribunal de Contas. O pensamento de Rui Barbosa. As tentativas anteriores de criação do Tribunal de Contas. As Constituições bra-

sileiras (1824 a 1967). Os problemas da consolidação do Tribunal como instituição. Relação com os outros Poderes. Função jurisdicional As contas anuais do Executivo federal, estadual, municipal e do D.F. Controle externo e interno. As alterações feitas pelos Decretos-Leis n.ºs 200 e 900. A legalidade das aposentadorias e pensões.

CÓDIGOS

CÓDIGO PENAL

1.ª PARTE: I — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria. II — Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940). III — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969).

2.ª PARTE: Quadro Comparativo: Decreto-Lei número 1.004, de 21 de outubro de 1969 — Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 e legislação correlata.

Aos Srs. Criminalistas, Juristas e Militantes Forenses

O n.º 24 da "Revista de Informação Legislativa" traz amplo estudo sobre o "Código Penal", compreendendo um quadro comparativo, em que são cotejados, em todos os seus dispositivos, o Código Penal vigente e o que terá vigência a partir de 1.º de agosto. Em notas, são assinaladas as alterações sofridas pelo Código Penal de 1940 e a legislação correlata.

DISTRIBUIÇÃO

As obras publicadas pela DIRETORIA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA são distribuídas pelo SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL a:

- órgãos estatais
- Assembléias Legislativas
- Câmaras de Vereadores
- Prefeituras
- bibliotecas públicas
- universidades
- faculdades de Direito
- Embaixadas
- Confederações e Federações de Indústria, Comércio e Agricultura
- autoridades (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)

Particulares

Os pedidos devem ser endereçados, acompanhados de cheque visado, pagável na praça de Brasília, ordem de pagamento bancária ou vale postal, a favor do SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — Praça dos Três Poderes — Caixa Postal n.º 1.503 — Brasília — Distrito Federal.

PREÇOS:

	Cr\$
Número Especial	10,00
Número Avulso	5,00
Número Atrasado	6,00

Assinatura Anual

Via Superfície	20,00
Via Aérea	40,00

LEGISLAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO

ATOS INSTITUCIONAIS — ATOS COMPLEMENTARES — DECRETOS-LEIS E LEGISLAÇÃO CITADA OU REVOGADA

1º VOLUME CONTENDO 268 PAGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS DE 1 A 4
ATOS COMPLEMENTARES DE 1 A 37
DECRETOS-LEIS N.ºs 319 A 347 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1967 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

4º VOLUME CONTENDO 490 PAGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 8 E 9
ATO COMPLEMENTAR Nº 51
DECRETOS-LEIS N.ºs 481 A 563 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

2º VOLUME CONTENDO 314 PAGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 5
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 38 A 40
DECRETOS-LEIS N.ºs 348 A 409 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1968 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

5º VOLUME CONTENDO 336 PAGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 10
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 52 A 56
DECRETOS-LEIS N.ºs 564 A 664 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

3º VOLUME CONTENDO 304 PAGINAS

ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 6 E 7
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 41 A 50
DECRETOS-LEIS N.ºs 410 A 480 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 10,00

6º VOLUME CONTENDO 488 PAGINAS

ATO INSTITUCIONAL Nº 11
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 57 A 62
DECRETOS-LEIS N.ºs 665 A 804 E LEGISLAÇÃO
CITADA DE 1969 COM ÍNDICE CRONOLÓGICO E
POR ASSUNTO

Preço: Cr\$ 15,00

7º VOLUME CONTENDO 290 PAGINAS

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1
ATOS INSTITUCIONAIS N.ºs 12 A 17
ATOS COMPLEMENTARES N.ºs 63 A 67
DECRETOS-LEIS N.ºs 805 A 851
LEGISLAÇÃO CITADA

Preço: Cr\$ 10,00

Trabalho elaborado, revisado e impresso pelo Serviço Gráfico do Senado Federal

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — Caixa Postal 5534
Em Brasília: SQS 104 — Bloco "A" — Loja 11.

**JURISPRUDÊNCIA
DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

**"REFERÊNCIAS DA
SÚMULA DO STF"**

Trabalho completo da Súmula do STF, contendo todos os Acórdãos, Leis federais, estaduais, municipais, Decretos, Decretos-leis, Portarias, Resoluções e o Regimento Interno do STF, que serviram de base à Súmula.

CONTENDO AS 551 SÚMULAS OFICIAIS

NO 10.º VOLUME O ÍNDICE COMPLETO POR MATERIA. — O 20.º VOLUME CONTÉM OS ENUNCIADOS DAS NOVAS SÚMULAS N.ºs 473 A 551. — O 21.º VOLUME CONTÉM O REGIMENTO INTERNO DO STF (ATUALIZADO)

PREÇO: CR\$ 20,00 POR VOLUME, EM BROCHURA — OBRA TOTAL: 30 VOLUMES, INCLUINDO-SE AS 79 NOVAS SÚMULAS. JÁ PUBLICADOS, ATÉ O MOMENTO: 24 VOLUMES.

(Trabalho de Jardel Noronha e Odaléa Martins)

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

NOTA: A distribuição desta obra foi entregue, pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, à

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS.

A quem devem ser endereçados os pedidos:

No Rio de Janeiro: Praia do Botafogo, 190 — ZC-02 e Av. Graça Aranha, 26.
(Atende pelo Serviço de Reembolso Postal.)

Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C.P. 5534
Em Brasília: SQS. 104 — Bloco "A" — Loja 11.

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTA EXEMPLAR: Cr\$ 0,20